

Presidenta da República: Dilma Rousseff

Ministério do Trabalho e Emprego - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego: Carlos Daudt Brizola

Secretário Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pinto

Secretaria Nacional de Economia Solidária - Secretário Nacional de Economia Solidária: Paul Israel Singer

Secretário Adjunto: Roberto Marinho Alves da Silva

Chefe de Gabinete: Daniela Gomes Metello

Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação: Valmor Schiochet

Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária: Manoel Vital de Carvalho Filho

Coordenadora Geral de Promoção e Divulgação: Regilane Fernandes da Silva

Coordenador Geral de Comércio Justo e Solidário: Antônio Haroldo Pinheiro

CÁRITAS BRASILEIRA

Endereço: SGAN – Av. L2 Norte
Quadra 601, Módulo F
CEP:70830-010 / Brasília - DF
Site: www.caritas.org.br
E-mail: caritas@caritas.org.br
Telefone: +55-61-3521-0350
Fax: +5561-3521-0377

DIRETORIA

Presidente: D. Flávio Giovanale
Vice-Presidente: Anadete Gonçalves Reis
Diretor Secretário: Pe. Evaldo Praça Ferreira
Diretor Tesoureiro: Agnaldo Luiz de Lima
Coordenação Colegiada
Diretora Executiva Nacional: Maria Cristina dos Anjos da Conceição
Coordenador: Jaime Conrado de Oliveira
Coordenador: Luiz Cláudio Mandela

Realização:

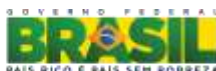


Apoio:



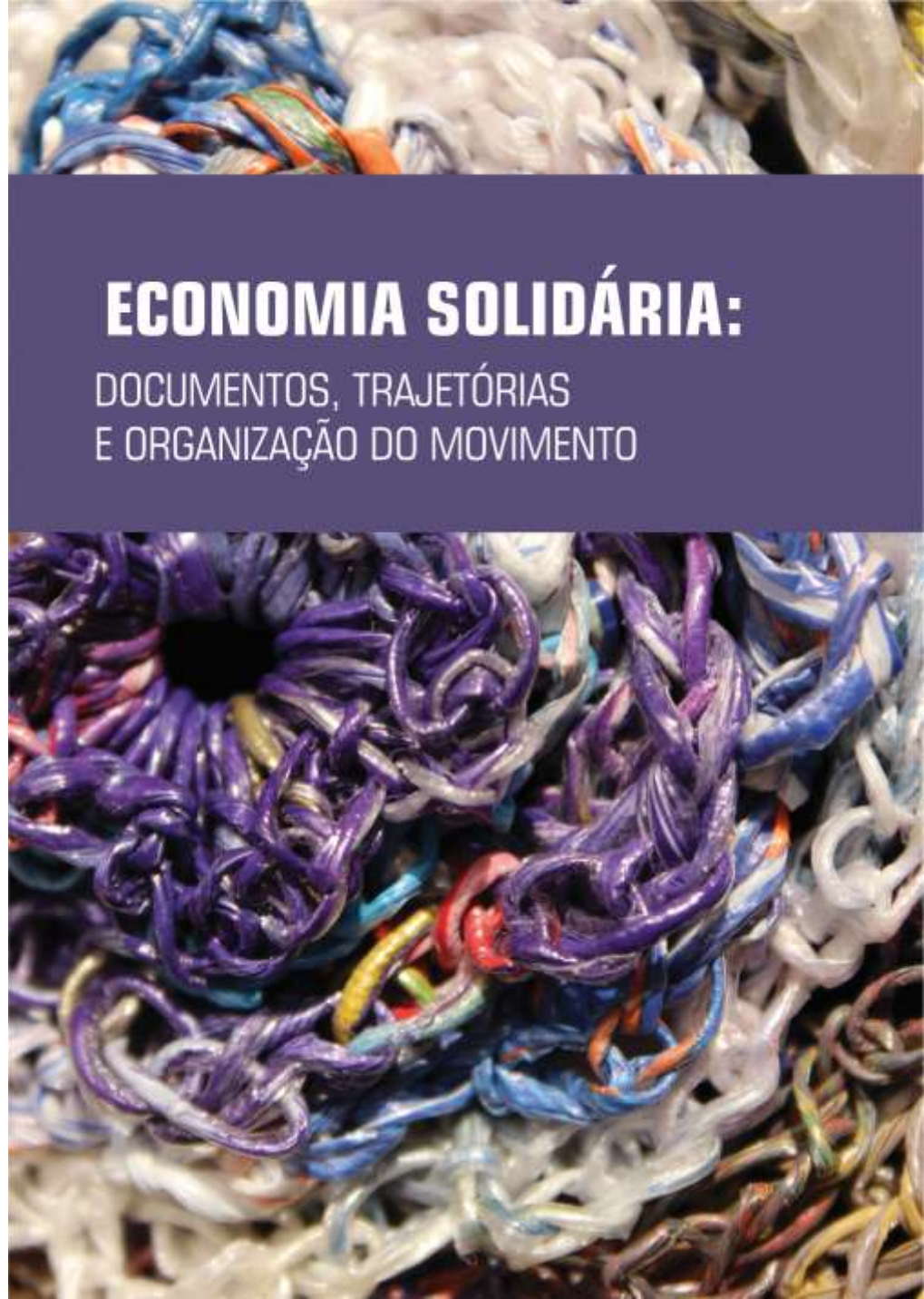
Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



ECONOMIA SOLIDÁRIA:

DOCUMENTOS, TRAJETÓRIAS E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO



Projeto Nacional de Formação em Economia Solidária - CFES Nacional

Ademar Bertucci

Ivette Tatiana Castilla

Rosana Kirsch

Elaboração desta publicação

Ademar Bertucci

Rosana Kirsch

Edição: Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação

Revisão: Paula Coruja e Rosana Kirsch

Projeto gráfico e diagramação: Rafael Corrêa e Anderson Campos

Impressão: Ideograf

Tiragem: 1.300 cópias

Foto da Capa: Bordado do Empreendimento Misturando Arte

(Porto Alegre, RS)

Agradecemos ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária pela disponibilização dos textos para esta publicação e a cada educador-a que participou das atividades do CFES Nacional, pois contribuíram a partir de suas realidades e reflexões para a produção desta publicação.

Para o texto "Economia solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento" especialmente agradecemos as contribuições de Genauto França Filho, Dione Manetti, Geraldo Gasparin/ MST que estiveram na Oficina sobre Formação Política e Economia Solidária e tornaram possível a elaboração do texto. Agradecemos também a Luiz Claudio Mandela quem revisou o texto do MST. E, agradecemos Daniel Tygel pelos diálogos durante a preparação desta publicação.

É permitida a reprodução integral ou parcial para fins não comerciais desde que citada a fonte.

Disponível para download em www.cirandas.net/cfes-nacional

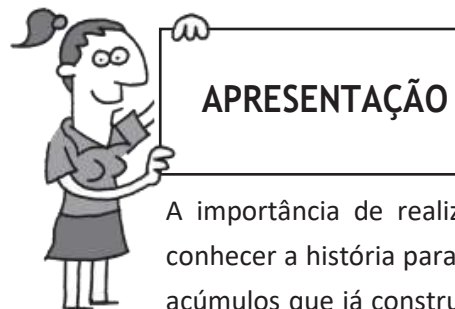
O conteúdo deste texto não reflete necessariamente a opinião do Ministério do Trabalho e Emprego.

Brasília, agosto de 2012.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: DOCUMENTOS, TRAJETÓRIAS E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	06
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	17
A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	22
EXEMPLOS DAS PRÁTICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	23
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	26
ECONOMIA SOLIDÁRIA PELO MUNDO	28
COMO SE ENVOLVER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	34
TRAJETÓRIAS E CONCEPÇÕES: DIFERENTES OLHARES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA	37
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: O COMPROMISSO DA IGRAJA	38
PARTIDO DOS TRABALHADORES – CORRENTE DEMOCRACIA SOCIALISTA	44
UNIVERSIDADE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	49
LUTAS NO CAMPO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E MST	57
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	64
ECONOMIA SOLIDÁRIA: IDENTIDADE, PROJETOS POLÍTICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	66
BALANÇO E PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE O PL 86	72
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM MAIO E JUNHO DE 2011	72
IDENTIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	73
DISTINÇÃO ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A MICRO E PEQUENA EMPRESA	77
A QUESTÃO DA LEGISLAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	78
CAMPANHA PELA LEI DE INICIATIVA POPULAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	80
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	82
DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS – CARTA DE SALVADOR	86
SUGESTÃO DE ATIVIDADE	102



A importância de realizar processos de formação, de conhecer a história para transformá-la e de socializar os acúmulos que já construímos até aqui é o que motiva a publicação desta cartilha.

Os textos aqui apresentados são fruto da elaboração coletiva de diferentes processos e espaços da Economia Solidária.

Iniciamos com a Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), aprovada na III Plenária Nacional, em 2003: documento base do movimento no Brasil que afirma nosso projeto e faz a diferenciação de nossa proposta de transformação em relação a outras iniciativas que querem apenas a reforma do sistema que vivemos.

O texto “A organização da Economia Solidária” tem duas partes: a primeira foi elaborada pelo FBES para a Campanha pela Lei da Economia Solidária e o tema Economia Solidária no Mundo é fruto da Oficina sobre Formação Política em Economia Solidária – 2º Módulo realizada pelo Centro de Formação Nacional de Economia Solidária (CFES Nacional), em outubro/2011.

O texto “Trajetórias e concepções: diferentes olhares sobre a Economia Solidária” foi escrito a partir das contribuições e debate ocorrido em agosto/2011, no 1º Módulo da Oficina sobre Formação Política em Economia Solidária, realizado pelo CFES Nacional. Os

dois módulos da Oficina foram realizados em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a participação de educadores(as) integrantes do FBES de todo o país. Foi um momento rico de debate, reflexão e parceria com o MST.

O capítulo seguinte, Economia Solidária: identidade, projeto político e políticas públicas, tem dois textos elaborados pelo FBES: o primeiro é fruto das audiências públicas sobre o Projeto de Lei 865, de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas no governo federal, realizadas em 2011. Essa parte do texto é a síntese das audiências, que foi enviada à Presidência da República, sendo que o texto completo também traz propostas de espaço institucional para a Economia Solidária no nível federal. O texto "A Questão da Legislação na Economia Solidária" é parte da cartilha da Campanha pela Lei da Economia Solidária.

Por fim, a Carta de Salvador é o resultado do processo de Diálogos e Convergências, que desde os territórios realizou atividades de articulação entre movimentos sociais e promoveu um grande encontro na Bahia em setembro/ 2011.

Para cada capítulo, propõem-se atividades formativas para serem realizadas em coletivos (fórum, redes, empreendimentos, organizações). São sugestões, no entanto a realidade e a criatividade de cada coletivo, certamente, trará outras possibilidades de leituras, estudos e prioridades. Enquanto proposta de percurso formativo, a cartilha pode ser trabalhada no seu conjunto, com momentos de

encontros do coletivo para percorrer cada texto e atividade. Nesta caminhada pelo percurso proposto na cartilha, o objetivo é avançar na organização da Economia Solidária, tendo os fóruns como espaços de articulação das experiências de um território, de incidência junto ao poder público para garantia de políticas públicas e de potencializar convergências com outros movimentos sociais.

Este é o momento do movimento de Economia Solidária consolidar sua organização a partir de análises críticas da realidade em que vivemos, do seu papel neste contexto e de fazer outra economia acontecer: são tarefas que temos que assumir para fortalecer nossa identidade, consolidar um projeto político e avançarmos na ação junto com outros movimentos sociais que caminham junto na proposição de alternativas, fazendo a resistência e denunciando as ações de exploração e morte que ainda persistem.

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em 18 estados brasileiros, aprovou a Carta de Princípios abaixo. Essa carta pretende ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), criado naquela ocasião. O texto tem 3 partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos; o que a Economia Solidária não é.

ORIGEM E CENÁRIO ATUAL

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendi-

mentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos(as) assalariados(as) e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas {comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.} passaram a ser tratadas como "resquícios atrasados" que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos(as) em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela "competitividade".

Milhões de trabalhadores(as) são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de "atrasadas" que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos(as) trabalhadores(as) estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o

das relações assalariadas e "protegidas". Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de Economia Solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - Economia Solidária, economia social, "socioeconomia" Solidária, "humanoeconomia", economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e têm a finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONVERGÊNCIAS

PRINCÍPIOS GERAIS:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.



A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.



- O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadoras (es) do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre as (os) cidadãs (os) do centro e os da periferia do sistema mundial.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todas (os), provando que é possível

organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS

A) POR UM SISTEMA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

- Para a Economia Solidária, o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento, do nível local ao nacional:
 - Em nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.
 - Em nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para

que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

B) PELO DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam:

- articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível
- local até o global, a Economia Solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos;
- consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica, que resultam em melhor qualidade de vida

e trabalho para cada um e para todos;

- a partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todas (os) e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social;
- a Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis;
- a Economia Solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países;
- a Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando à suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

C) PELA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NUM ESTADO DEMOCRÁTICO

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações das (os) trabalhadoras (es), sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta das (os) cidadãs (os) trabalhadoras (es).
- A Economia Solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais das(os) trabalhadoras(es), que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado a serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um (a) e de todos (as).

- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.
- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NÃO É

- A Economia Solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A Economia Solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
- A Economia Solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza à custa da espoliação do meio ambiente

terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

- A Economia Solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autorregular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
- A Economia Solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A Economia Solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador (a) contra trabalhador (a), empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

A Economia Solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria das (os) trabalhadoras (es) não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadoras (es) e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.



- A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
- A Economia Solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
- A Economia Solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação das (os) trabalhadoras (es) enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma a emergência de novo ator social, de trabalhadoras (es) como sujeitos históricos.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

A Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um documento base da nossa organização. Em 2003, ao elaborar esta carta, já se afirma a Economia Solidária como fundamento para um desenvolvimento territorial, sustentável e justo. Ao mesmo tempo, o texto diferencia as práticas e princípios da Economia Solidária das tentativas de reforma do capitalismo.

Sugere-se que antes de fazer a leitura da Carta de Princípios, se busque os primeiros registros de organização do coletivo {fórum, rede, empreendimento, entidade, órgão da gestão pública...} que está fazendo o percurso desta cartilha ou se dispondo a conhecer o documento-base do FBES. Estes registros – fotos, atas, relatórios, faixas, camisetas, cartazes, reportagens, etc - serão os materiais que irão compor o ambiente do encontro. Para isto, é fundamental preparar antes o momento, tendo uma equipe que organize o local onde o coletivo irá se encontrar, juntando, lendo e revisando esses registros, arrumando-os no centro do círculo onde o grupo estará.



Cada coletivo tem uma dinâmica de início de suas atividades: acolhida, apresentação das pessoas e da programação, músicas, poesias. Após este momento inicial, propõe-se que, a partir dos registros coletados para o encontro, busque trazer para a roda o que fez com que aquele grupo começasse a se organizar:

- O que motivou a primeira atividade?
- Quais as experiências de Economia Solidária que existiam naquele momento no coletivo?

- E hoje, o que faz o coletivo continuar sua organização - por que é importante fazer a Economia Solidária acontecer?

É importante que as informações e reflexões que acontecerem a partir das questões acima sejam registrados para que todas {os} acompanhem: anotação no quadro, em tarjeta, fazendo um mapa mental. Neste momento o objetivo é identificar o que fez e faz o coletivo existir e a sua compreensão sobre o significado da Economia Solidária.

Para o momento seguinte, apresenta-se a Carta de Princípios do FBES, informando que este documento foi escrito em 2003 no processo de organização do Fórum Brasileiro, sendo um documento orientador da organização da Economia Solidária no Brasil.

Aqui, sugere-se que o coletivo se divida em quatro grupos. Cada grupo lerá uma parte da Carta de Princípios do FBES:

- Origem e cenário atual
- O que a Economia Solidária é: convergências - princípios gerais
- Princípios específicos
- O que a Economia Solidária não é



Antes de começar a leitura do texto, o grupo definirá qual a melhor maneira de ler o documento para favorecer a compreensão e o debate de todas (os). Nesta leitura, o grupo irá ressaltar o que destaca no texto para levar para o coletivo: aquilo que o grupo considera mais importante e que afirma o que é a Economia Solidária.

Ao voltar para o coletivo, cada grupo apresenta os trechos que destacou. Após a apresentação de cada grupo, é importante fazer uma rodada sobre a compreensão de cada um (a) do coletivo sobre a leitura feita pelo grupo, percebendo se o está sendo trazido para o coletivo corresponde ao que o próprio coletivo entende e faz como Economia Solidária.

Para encerrar este momento, o coletivo poderá fazer um cartaz com as frases destacadas desta Carta de Princípios e que contribuem para o coletivo fortalecer sua organização.

Para momentos seguintes, a Carta de Princípios poderá ser orientadora para futuros estudos do coletivo.

- Caso o coletivo tenha uma Carta de Princípios, poderá fazer um encontro onde Carta de Princípios do FBES e do coletivo sejam debatidas, identificando o que está presente no cotidiano do coletivo e possíveis contradições existentes.

Para aprofundar alguns temas da Carta de Princípios do FBES, o coletivo poderá em outros encontros:

- fazer uma análise de conjuntura e comparar com o cenário apresentado na carta, identificando possíveis alterações e continuidades na reflexão feita em 2003 para a elaboração do documento;
- **analisar** a proposta de desenvolvimento territorial, sustentável, justo a partir do estudo da Carta de Princípios e dos Anais das Conferências Nacionais de Economia Solidária;
- elaborar um quadro comparativo das bandeiras da Economia Solidária a partir dos Princípios Específicos da Carta, da Plataforma da Economia Solidária, do relatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária e dos temas da Orientação das Ações proposta na V Plenária Nacional de Economia Solidária. Esta comparação poderá contribuir para o planejamento das ações do coletivo, ressaltando as práticas necessárias para a construção da Economia Solidária;
- e, certamente, outros encontros são possíveis de realizar a partir da realidade vivida pelo coletivo na perspectiva de avançarmos na nossa organização. Assim como a Carta de Princípios pode ser material de subsídio para discutir a Economia Solidária para além do coletivo - por exemplo, nas escolas e universidades, associações de bairro, em encontros com outros movimentos sociais, para inspirar a elaboração de textos para jornais, blogs, páginas da internet, divulgando a Economia Solidária.

A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária tem raízes históricas nas experiências que valorizam o trabalho, e não o capital, com a contribuição para o desenvolvimento das capacidades humanas, com a gestão coletiva (autogestão) das atividades econômicas e com a partilha dos resultados do trabalho. As pessoas são consideradas no seu todo, na sua integralidade, sujeitos e fins da atividade econômica. Como definição, a Economia Solidária é colocada nos seguintes aspectos:

- Um **jeito de fazer a atividade econômica** de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todas (os) os (as) integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadoras (es) e donas (os).
- Um **jeito de estar no mundo** e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não agridam o meio ambiente, que não tenham transgênicos (produtos geneticamente modificados) e nem beneficiem grandes empresas capitalistas.

- Um **movimento social**, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento que não seja baseado na concentração de renda e poder, nem nos latifúndios (grandes propriedades de terra) e acionistas. Mas um desenvolvimento para as pessoas e construído pela população a partir dos valores e prática da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Por conta disso, a Economia Solidária também é uma estratégia para o desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, para uma nova sociedade, com a geração de trabalho e distribuição das riquezas, mediante um crescimento econômico com a proteção dos ecossistemas e a valorização da vida, construída a partir dos atores e realidades locais.

Muitos trabalhadoras(es) estão na Economia Solidária para construir um mundo e uma vida digna, justa, socialista e solidária, contra o desemprego e a exclusão social gerados pelo capitalismo.

EXEMPLOS DAS PRÁTICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alguns exemplos ajudam a conhecer e reconhecer a prática da Economia Solidária no nosso dia a dia:

Empreendimentos de Economia Solidária (EES), ou seja, grupos produtivos coletivos onde as pessoas organizam o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão nem empregados, respeitando o meio ambiente e diferenças de crença, de gênero, de geração, de raça e etnia. Podem estar ou não formalizadas em cooperativas, associações ou empresas autogeridas, ou seja, podem também ser grupos informais.

Os empreendimentos de Economia Solidária podem exercer vários tipos de atividade econômica, no campo ou na cidade, como catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (como verduras, legumes, temperos e refeições), confecções, artesanato, calçados, móveis, utensílios, artesanato, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção, prestação de serviços e muito mais.

Também podem ser grupos sociais organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e portadores de necessidades especiais.

Bancos comunitários e fundos solidários da própria comunidade, feito pelas pessoas e sem depender dos grandes bancos.

Redes de produção, comercialização e consumo: na produção, as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo, as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria Economia Solidária,

com melhor qualidade e um valor acessível. Na venda, se organizam para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.

Feiras de troca: organização do mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso de uma moeda criada pelas (os) participantes, a chamada moeda social.

Empresas recuperadas autogestionárias: na situação de falência de uma empresa, as (os) trabalhadoras (es) se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos. Deixam de serem empregados com patrão, para se tornarem cooperados, com a gestão igualitária e coletiva do trabalho.

Entidades de apoio e assessoria: desenvolvem diversas ações para o apoio direto junto aos empreendimentos de Economia Solidária, como formação política, capacitação e assessoria técnica, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito.

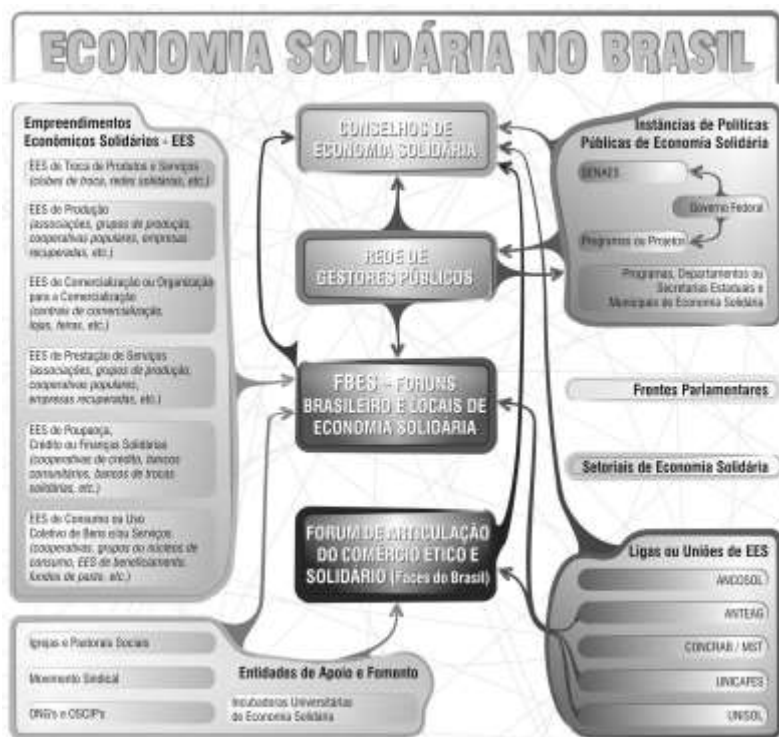
Rede de gestores públicos de Economia Solidária: gestores dos níveis municipal, estadual ou federal organizados e representados em rede, que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de Economia Solidária.

Associações e entidades de representação dos empreendimentos de Economia Solidária.

Economia é todo dia, a nossa vida não é mercadoria!

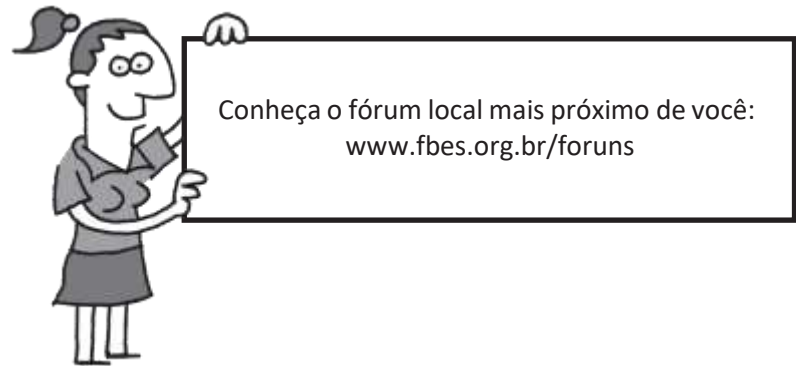
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O desenho abaixo mostra as principais organizações, articulações e dinâmicas da Economia Solidária no país, junto aos empreendimentos de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), poder público, partidos, entidades de apoio e fomento e entidades de representação.



No FBES participam diversas representações da sociedade civil, como as ligas e uniões de empreendimentos, os próprios empreendimentos, entidades de apoio e a rede de gestores públicos. Os Conselhos de Economia Solidária também agregam representações semelhantes, mas, por serem espaços dos governos, podem ter uma maior participação dos poderes públicos. Outro espaço de articulação ocorre junto ao Comércio Justo e Solidário, com o Faces do Brasil. E, ainda, há partidos políticos e frentes parlamentares que tem como bandeira principal a Economia Solidária.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.



Finalidades do FBES

1. Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais, buscando a confluência entre as forças existentes no movimento de Economia Solidária.

2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases, para que os fóruns municipais, regionais e estaduais sejam a força que move, pauta e aponta para a Economia Solidária como perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

O FBES é composto por três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. E organiza-se através de fóruns locais (municipais, microrregionais e estaduais) de Economia Solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA PELO MUNDO¹

A Economia Solidária acontece no Brasil e no mundo. Ao olhar para além de nosso país, percebe-se diferentes abordagens e práticas chamadas igualmente de Economia Solidária. Por exemplo, enquanto no Brasil há muitas iniciativas na produção artesanal e

agrícola, na Europa destacam-se os setores de serviços, gestão e turismo, e, no Canadá, a força está nas finanças solidárias. Num giro pelo mundo, é possível identificar elementos que caracterizam e diferenciam a Economia Solidária em outros países:

- **Autogestão:** este princípio caracteriza principalmente as experiências do Brasil e da América Latina, estando presente também em iniciativas canadenses.
- **Comunitário:** presente nos serviços locais voltados para o cuidado de crianças, idosos, enfermos de uma comunidade. Canadá, França e Luxemburgo têm experiências significativas neste aspecto.
- **Atividade econômica sem intenção de lucro:** elemento fundamental da Economia Solidária pelo mundo, prevalecendo o bem-viver, a pessoa acima do capital. No entanto, a atividade pode não ser autogestionária, como escolas onde os (as) donos (as) são as mães e pais, sendo as (os) professoras (es) funcionários (as).
- **Questão ambiental:** o Brasil se destaca com o movimento das (os) catadoras (es) enquanto agentes ambientais. Em outros países há iniciativas de recicladoras (es), produtoras (es) confecção e artesanatos com reaproveitamento do materiais, consultorias em educação ambiental para escolas.
- **Organização indígena:** a organização do trabalho coletivo nas

¹ Este texto está baseado na contribuição de Daniel Tygel na Oficina sobre Economia Solidária e Formação Política - 2Q Módulo.

comunidades indígenas é um elemento presente na América Latina e caracteriza a origem e inspiração da Economia Solidária. Experiências significativas podem ser encontradas no Brasil, Equador, Bolívia, Chile e no Quebec. No nosso país, a experiência de outras comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses e outros, também se identificam com a organização da Economia Solidária.

- **Autoajuda:** aspecto presente em experiências organizadas por mulheres na África, tendo presente também o cuidado com o meio ambiente.
- **Consumo:** o consumo solidário e coletivo tem iniciativas consolidadas na França, prevalecendo a relação direta com produtoras (es).

Conhecer as experiências que tornam a Economia Solidária realidade precisa ser colocado como mais uma de nossas tarefas, contribuindo para unirmos força com as iniciativas de comunidades e países ao mesmo tempo em que permite identificar qual o projeto de sociedade que já estamos construindo. Uma ferramenta que pode ajudar saber um pouco mais sobre a Economia Solidária em outros países é o ESS Global, que busca dar visibilidade mundial às experiências de Economia Solidária, com os mapeamentos do Brasil, Luxemburgo, Itália, França e Quebec disponíveis para consulta.

No campo da articulação política, a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) tem sido o espaço

de articulação de redes de Economia Solidária no mundo. É uma rede com participação dos cinco continentes, onde o FBES é parte integrante. No sul da América Latina integramos o Espaço por um Mercosul Solidário (EMS), articulação formada por **Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina, criada em 2006.**

COMO SE ENVOLVER NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Se você ainda não está envolvida (o) permanentemente com as práticas da Economia Solidária, muitas são as formas de participar e contribuir. Veja algumas dicas:

- **Consumir com responsabilidade** é saber de onde vem o que compro, para onde vai o recurso que pago, que ciclo incentivo com minha compra. A sociedade que queremos depende também da opção de consumo de cada um (a). Saiba mais no site de buscas dos empreendimentos de Economia Solidária: www.fbes.org.br/farejador, na Rede do Cirandas: www.cirandas.net e na Plataforma Faces do Brasil www.facesdobrasil.org.br
- **Montar um empreendimento de Economia Solidária:** junte-se a pessoas de sua comunidade para organizar o trabalho coletivo-coletivamente, através da criação de um empreendimento de Economia Solidária, o que pode ser feito em qualquer atividade econômica, de produção de bens ou de prestação de serviços.

- **Participar dos Fóruns Locais de Economia Solidária:** atue para a organização do movimento de Economia Solidária junto com quem faz a Economia Solidária. Para a construção de uma outra economia é fundamental a organização e a articulação em rede.
- **Pressionar o poder público, vereadores e deputados** para que avance o apoio público às iniciativas solidárias, com a concretização de ações e com uma legislação que reconheça e apoie permanentemente estas práticas em cada localidade. Já há muitas leis municipais e estaduais no nosso país, mas, mesmo assim, muitas delas ainda estão só no papel.
- **Participar de outras campanhas e lutas sociais:** a perspectiva de construção de outro desenvolvimento baseado na cooperação, na vida e na solidariedade passa pela necessidade de várias mudanças fundamentais em nossa sociedade. Diversos outros movimentos sociais têm defendido bandeiras importantes que são totalmente convergentes com as da Economia Solidária, como os de mulheres, agroecologia, moradia, quilombolas, indígenas, soberania e segurança alimentar, reforma urbana, reforma do sistema político, reforma agrária, plataforma BNDES, entre outros. Destacamos algumas campanhas e mobilizações em curso:

- Campanha Permanente contra Agrotóxicos e a favor da vida: <http://contraagrotoxicosdf.wordpress.com>
- Campanha pela reforma do sistema político: <http://www.reformapolitica.org.br>

- Campanha pelo Fim dos Paraísos Fiscais: www.fimaosparaisosfiscais.org
- Campanha Floresta faz a diferença: abaixo assinado contra o Código Florestal do Comitê Brasil em defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/assine>
- Comitê Popular da Copa: Estados que sediarão a Copa 2014 estão se organizando para o controle social público sobre as ações desse evento, garantindo direitos básicos à população
- Chega de violência e extermínio e jovens: <http://www.juventudeemmarcha.org>
- Campanha pela Reforma Agrária e pela regularização dos territórios quilombolas e indígenas, junto a vários movimentos sociais
- Campanha contra os transgênicos e pelo direito a biodiversidade, junto a vários movimentos sociais
- Campanha contra a MP458 e por uma regularização fundiária da Amazônia discutida junto à sociedade civil
- Associação de Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes: para manter viva a escola do MST e de todos (as) os trabalhadores (as): <http://www.amigosenff.org.br>
- Jornada de Lutas: MST e movimentos sociais: <http://www.mst.org.br>

- Jornada de Lutas: MST e movimentos sociais: <http://www.mst.org.br>
- Marcha das Margaridas: organizada pela Contag e movimentos feministas: <http://www.contag.org.br>
- Grito da Terra: organizado pela Contag
- Grito dos Excluídos: todo 7 de setembro, em Brasília-DF e nas capitais

SUGESTÃO DE ATIVIDADE



O texto “A Organização da Economia Solidária” é parte da Campanha pela Lei da Economia Solidária - Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Sustentável e foi elaborado pelo FBES em 2011 e o trecho sobre Economia Solidária no Mundo.

Para a atividade proposta a seguir, o coletivo (fórum, rede, empreendimento, entidade de assessoria, órgão da gestão pública} que estiver realizando o percurso desta cartilha, ou o estudo deste texto, precisará preparar a atividade antecipadamente, criando um ambiente de acolhida e integração, expondo no local do encontro materiais que representem a Economia Solidária local: produtos, faixas, cartazes, cartilhas. Para abrir o encontro, um poema de Reginaldo Figueiredo, do grupo Templo da Poesia, de Fortaleza/ CE.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ajudar-se mutuamente
 Não é coisa do passado
 Nem é moda do presente
 É energia de todo o sempre
 Necessita renovar-se
 Valorizar-se sem medo,
 Viver com alegria
 Comprar na comunidade
 O que ela mesma produz
 Com menor esforço
 Acender outras luzes
 Prepare-te para viver bem
 Com tudo que tens direito
 Mantendo responsabilidade
 Sempre terás respeito
 Você é o que pensa ser
 Se acreditares no que faz
 Vai em frente
 O sucesso é permanente
 Na Economia Solidária
 A gente fortalece o grupo
 Não para ajudar ninguém
 E sim para crescermos juntos.



A atividade proposta tem como objetivo identificar as práticas do coletivo que têm fortalecido a Economia Solidária e os desafios que se coloca para avançar na organização. Para este encontro, o texto poderá ser lido coletivamente, fazendo algumas pausas para debate:

- Como o coletivo percebe que tem praticado cada aspecto da Economia Solidária: um jeito de fazer a atividade econômica, um jeito de estar no mundo, um movimento social?
- Das experiências de Economia Solidária apresentadas no texto, quais estão presentes no coletivo?
- Há na região outras experiências de Economia Solidária que não fazem parte/não se relacionam com o coletivo? Como favorecer a articulação com estas outras experiências?
- Diante de um modelo de sociedade em crise econômica, ambiental, social, política, como percebem que os espaços de articulação internacional podem contribuir para construirmos um mundo de possibilidade de vida em cooperação e autogestão?
- Quais as ações concretas que o coletivo se propõe para avançar no compromisso com a Economia Solidária: individualmente e coletivamente?

O texto deste capítulo também poderá contribuir para que o coletivo revise ou elabore o seu regimento interno, registrando os compromissos para que a organização do coletivo avance nas suas ações.

TRAJETÓRIAS E CONCEPÇÕES: DIFERENTES OLHARES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para falar de trajetórias e concepções sobre a Economia Solidária podemos trilhar diferentes caminhos que podem passar por leituras de livros e pesquisas, analisar experiências atuais ou estudar fatos históricos que envolvem o trabalho e organização da sociedade em autogestão. Neste texto, a opção está em ouvir diferentes atores que fazem parte do movimento, reconstruindo historicamente sua inserção neste campo, identificando o que mobilizou sua ação, explicitando sua compreensão de sociedade, destacando o papel da educação e os principais desafios para que a Economia Solidária avance.

Costuma-se identificar, simplificada, que a construção do movimento da Economia Solidária se faz a partir da confluência, ou contribuição, de algumas forças, vertentes cujas trajetórias vão se amalgamando: as organizações e lutas sindicais rurais (pela terra) ou urbanas (pelo trabalho), as forças populares (da educação popular, dos direitos, ONGs.), a Igreja militante (CEBs, pastorais sociais, Cáritas), as Universidades (pesquisa, incubação).

No texto a seguir, apresentamos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Igreja (Cáritas), uma corrente partidária (DS/PT) e a Universidade afirmam a Economia Solidária.

Para esta reflexão, sabemos da importância de se ouvir outras organizações e movimentos sociais para nos apropriarmos das perspectivas existentes, como o campo sindical², e, como educadoras(es), contribuímos na construção desta outra economia. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que há propostas para uma Economia Solidária que não estão dentro de uma ou outra força política aqui apresentadas, ou mesmo que se identifique enquanto uma organização. Assim, o exercício de conhecermos o nosso movimento é necessário e não se esgota neste texto.

ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: O COMPROMISSO DA IGREJA

Para abordar a relação da Igreja Católica com a Economia Solidária, retoma-se a construção da concepção da solidariedade: nas primeiras comunidades cristãs tudo era colocado em comum, exemplo que nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) buscou ser recuperado, nos anos 1960.

² Este tema foi parte do 1Q Módulo da Oficina Nacional sobre Formação Política e Economia Solidária. Contou com a contribuição de Geraldo Gasparini, pelo MST, da coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes, Ademar Bertucci; da coordenação colegiada da Cáritas Brasileira, Dione Manetti; do Partido dos Trabalhadores/ Democracia Socialista; e Genauto França Filho, da Universidade Federal da Bahia, pelas universidades. Foi convidada para trazer a abordagem a partir do mundo sindical, também, a UNISOL.

Ao fazer uma retomada histórica, em 1902 foi constituída a primeira cooperativa rural, no Rio Grande do Sul. Naquela época, o atendimento espiritual era feito em visitas periódicas por religiosos itinerantes. Um destes religiosos era o padre Theodor Amstad, jesuíta e suíço, que nas visitas regulares identificou que além de assistência espiritual, os (as) moradores (as) da região necessitavam de urgente assistência social e econômica diante do fato do governo não ter cumprido com o apoio prometido. A partir da experiência de um pastor luterano, Friedrich Raiffeisen, de origem romena e que viveu na Alemanha, Theodor organizou diversas associações no interior do Estado. Uma delas foi a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad de Nova Petrópolis, a primeira cooperativa de crédito do Brasil e mais antiga em funcionamento das Américas.

Na década de 1950, no Rio Grande do Norte, com influência do cardeal Dom Eugênio Sales, ocorre a mobilização para a organização de sindicatos e cooperativas o Brasil, havendo nesta iniciativa a perspectiva de evitar o avanço de organizações de esquerda. Por outro lado, entre 1950-60, organiza-se a Frente Nacional do Trabalho, que além de fazer a resistência ao capital a partir das fábricas, indicavam a organização de cooperativas como opção. Essa perspectiva foi desmontada durante a ditadura militar e, em 1969, cria-se a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Em 1964, há uma efervescência democrática com importante ação do movimento chamado solidarismo, que se apresentava como uma terceira opção: nem capitalismo, nem comunismo. O padre jesuíta

Fernando Bastos de Ávila foi um dos inspiradores do solidarismo no Brasil, que também visava o processo de organização e articulação das cooperativas na perspectiva de um movimento solidário. As CEBs originam-se de uma visão teológica diferenciada: a Teologia da Libertação, nas décadas de 1960-70.

Em 1981, no Nordeste, as forças sociais da igreja entenderam que era necessário pensar alternativas para as comunidades para sair do assistencialismo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), então, realiza um debate nacional em meio à ditadura e cria os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) visando o desenvolvimento das comunidades. A Cáritas Brasileira, que é um organismo da CNBB, passou a assumir o papel de animação e articulação de fundos alternativos comunitários oriundos dos PACs. Porém, a Cáritas, enquanto organismo internacional, iniciou seu trabalho no Brasil na década de 1950 dentro da perspectiva de ação dos Estados Unidos de enfrentamento ao comunismo, realizando um trabalho assistencialista. A organização aprendeu com a ditadura militar, com a teologia da libertação, com Paulo Freire e incorporou o compromisso da crítica e a denúncia do modelo capitalista e de defesa de um projeto popular numa sociedade democrática. O capital nos prometia que todos seriam assalariados para nos tornarmos consumidores, mas continuamos com um enorme exército de reserva e as condições para o bem-viver continuam restritas a uma parcela da sociedade. Na caminhada, assim, a igreja assume a Economia Solidária como proposta de organização popular das (os) excluídos (as). O popular, na economia popular solidária, representa a perspectiva de classe, de opção pelo povo. Para a igreja, o protago-

nismo está nos empreendimentos, tendo como método de organização social a educação popular. A inspiração desta postura está no socialismo utópico, afirmado pela igreja militante

Foi na década 1990 que nasceu o nome economia popular solidária (EPS). Neste período, a Cáritas Nacional assumiu que tinha que dar um passo a mais em relação aos pequenos projetos isolados para trabalhar em redes. Neste contexto, e animado pelo Fórum Social Mundial (FSM), cria-se o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro) com várias entidades. Foi neste espaço que se definiu o nome Economia Solidária para as experiências do Brasil. Posteriormente se acolheu o termo economia social e solidária. Nomes diferentes têm contribuições de práticas diferentes e trazem a concepção de que a Economia Solidária é construída da diversidade. Em dezembro de 2002, o GT Brasileiro organizou a I Plenária Nacional de Economia Solidária, onde o MST participou. Nesta Plenária afirmamos que a questão da solidariedade não pode ficar reduzida à criação das cooperativas, que precisa ir além de um marco legal. É um processo de construção de cultura da solidariedade, que envolve aspectos mais do que materiais.



Para saber mais:

Livro 20 anos de Economia Popular Solidária - a trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS: A organização lançou este livro em 2003, contando sua experiência nas ações voltadas para a Economia Solidária e formulando os primeiros esboços de concepções sobre desenvolvimento.

Campanha da Fraternidade: Em 2010, a organização incidiu e animou a Campanha da Fraternidade Ecumênica com o tema Economia e Vida. Há textos elaborados pela igreja fazendo a crítica ao modelo econômico dominante e sobre Economia Solidária.

“Neste início de década de 2010 vivemos um processo de crescimento, com oportunidade de empregos no país, num processo desenvolvimentista nacional.” Esse é o discurso atual. Sendo necessário, façamos uma provocação, pois parece afirmação dos anos 1990, quando o neoliberalismo afirmava que estávamos no final da história, que a saída era melhorar as condições de vida e aperfeiçoar o capitalismo.

Neste contexto, a proposta de criação de uma Secretaria Especial para a Micro e Pequena Empresa, em março de 2011, nos levou a afirmar a identidade da Economia Solidária. E, sobretudo, as mulheres do movimento da Economia Solidária disseram não: não estamos querendo vender a nossa identidade pelo dinheiro disponível! Ou, parafraseando uma parábola da campanha da Fraternidade, não se pode servir a dois senhores.

Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
- Dar-te-ei todo esse poder.

...

Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.

...

E o operário disse: Não!
- Loucura! - gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
- Mentira! - disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.

Vinícius de Moraes

OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

Do ponto de vista da igreja militante, essa é uma posição, a de afirmar a importância da mudança, da transformação, dos movimentos assegurarem sua identidade. A identidade coloca-se como o elemento mais importante de construção do movimento e, a partir da afirmação da identidade, torna-se possível estabelecer alianças e parcerias, bem como perceber a que nos opomos. Ao pensarmos parcerias da Economia Solidária no campo da igreja Católica podemos identificar várias pastorais sociais, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entendendo que a questão indígena é essencial para incorporarmos na nossa luta a defesa de direitos das comunidades e povos indígenas e o reconhecimento da sua vivência de organização econômica em autogestão e cooperação.

A articulação da Economia Solidária com outros movimentos sociais coloca-se como desafio na afirmação de um modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e a partir dos territórios. Como superamos os corporativismos e afirmamos um projeto popular? Outro desafio é a participação em conselhos e realizamos ações de controle social. A construção de políticas públicas a partir da realidade e necessidades do povo, com controle sobre os recursos e decisões de prioridades para a ação do Estado, tem sido uma temática que a Cáritas e as pastorais sociais têm assumido há décadas, entendendo que "sem política não há salvação". Não a política eleitoreira, mas a política da mobilização. Cabe a todos (as) e a cada um (a) estas tarefas, superando a visão de massa e vanguarda, de que alguns sabem tudo e vão conduzir a massa.

PARTIDO DOS TRABALHADORES CORRENTE DEMOCRACIA SOCIALISTA

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, fruto da organização sindical de operários paulistas no final da década de 1970. Oficialmente, foi reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. O PT surge no contexto do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos de esquerda então existentes, tendo assumido um posicionamento político socialista democrático. Nascido da articulação de sindicalistas, setores da igreja progressista e de diversos grupos de esquerda de orientação socialista, o PT abriga correntes, que são grupos distintos demarcados interna e externamente, que fazem do partido um espaço constante de debates.

Uma das correntes do PT é a Democracia Socialista, organização política fundada em 1979 por pequenas organizações enraizadas no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Seu projeto estratégico estava em construir o PT como um partido revolucionário, organizado por trabalhadores (as) e não como frente política ou eleitoral.

Em 1988, a DS passa a ser reconhecida como tendência no partido. O aspecto da "democracia participativa" incorporou-se entre as principais marcas da tendência nos projetos administrativos do PT.

A DS entrou no processo do movimento reconhecendo que um ator fundamental de construção da identidade da Economia Solidária foram as CEBs. O tema aparece na tendência nos anos 1980 em função da crise econômica no Brasil, ao perceber que não bastava só fazer a defesa da garantia de direitos de pagamento de indenização dos (as) trabalhadores (as) para a defesa do direito ao trabalho, entendendo que, em não sendo possível a garantia do pleno emprego a partir do capitalismo, os (as) trabalhadores (as) pudessem buscar formas alternativas de trabalho.

Em 1991, ocorre um seminário sobre autogestão, em Porto Alegre/RS, estado onde o tema já tinha importância a partir da contribuição da experiência de Santa Maria, onde atua Irmã Lurdes. O seminário é um marco para a incorporação da Economia Solidária na política pública. Nesse processo, a DS percebeu que havia uma grande identidade entre o que ela lutava para construir e as experiências de Economia Solidária que vinham sendo desenvolvidas. Na gestão de Olívio Dutra (1989-1993), em Porto Alegre, coube à DS assumir a Secretaria de Indústria e Comércio, onde começou a ser desenhada uma política pública de economia popular e solidária.

Essa experiência foi socializada dentro da tendência com companheiros de outros Estados, o que contribuiu para estimular o forte envolvimento de integrantes da tendência na gestão pública das políticas de Economia Solidária no país.

Dentro do PT, formalmente, o tema Economia Solidária é incorporado com a criação de uma setorial específica, dentro da Setorial de Movimentos Sociais. No RS, foi criada, em 2003, a Setorial da Economia Solidária, enquanto que nacionalmente sua fundação aconteceu em 2008. Para a tendência, a motivação em assumir este campo de ação está relacionada à:

- insuficiência da formulação de socialismo de Estado e à necessidade de construção de uma cultura socialista na prática;
- necessária combinação entre disputa do poder político e disputa do poder econômico;
- necessidade de construção de uma ideia de desenvolvimento integrado nas suas múltiplas dimensões.

O projeto político da DS afirma a necessidade de construção de uma sociedade regida pelo socialismo democrático, na perspectiva feminista, antirracista e ecossocialista, superando as raízes e fundamentos patriarcais e racistas do Estado e da sociedade capitalista. Uma sociedade com um Estado democrático, de efetiva participação da sociedade no planejamento, gestão e definição de suas prioridades. Como socialistas democráticos, aposta-se numa alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, que esteja à altura da sua dignidade e esperança, que promova a liberdade com autonomia e autogoverno, os direitos à igualdade na diferença, alcançando a construção de novos modos de organizar a

vida social para além da mercantilização do capital. Para isto, coloca-se a necessidade de refletir a experiência histórica da esquerda internacional de tomada do poder/Estado por meio de armas, como ocorreu em Cuba e na Rússia. Após a tomada do Estado, estas experiências afirmaram a instalação da ditadura dos trabalhadores e imposição do socialismo como forma de vida. As referências de socialismo que já existiram não deram conta do que queremos como socialismo: que tenha pluralidade de ideias e diferentes organizações políticas, partidárias. Estas experiências da esquerda internacional, embora equivocadas em algumas dimensões, também nos ensinam.

- Se somos promotores da igualdade e da liberdade, temos que ser os primeiros a negar a revolução armada.
- Só teremos a construção efetiva do socialismo se tivermos uma sociedade com cultura socialista.
- A esquerda concentrou sua luta pela disputa do poder político. No entanto, a disputa do poder político tem que ser combinada na luta pela economia.

A experiência de governo no Brasil, a partir das gestões do PT, também nos ensina: o governo tem limites para fazer mudanças estruturantes porque a economia continua na mão da burguesia, do capitalista.

A construção do socialismo se dá a partir de uma nova cultura e novos valores. Neste sentido, a Economia Solidária precisa perceber-se como parte de um processo de luta de transformação da sociedade. Para a DS, o foco da atuação na Economia Solidária está em contribuir para a Economia Solidária se compreender como parte de um processo de lutas social, política e econômica, avançando na formulação do projeto de sociedade. Além disso, favorecer o desenvolvimento da dimensão econômica dos empreendimentos, a elaboração em torno das suas diferentes dimensões e o papel que têm no processo. Afinal, um empreendimento que só se preocupa com seus associados perde o sentido da causa, sendo necessário que incorpore na sua ação o compromisso com o avanço do movimento. Ao mesmo tempo, é preciso promover a organização produtiva, com papel importante da educação, à medida que formação política e econômica andem juntas. A educação também contribui com o processo ao relacionar a prática e a teoria, ao ser espaço de estudo sobre raízes históricas da Economia Solidária e de problematização do modelo capitalista e explicitação de suas origens.

Para tornar realidade a sociedade socialista, temos que ser capazes de construir a unidade na diversidade entre os campos da esquerda:

- sintonizando os papéis e tarefas das diferentes organizações que atuam na ES;
- construindo uma agenda de lutas comum com outros movimentos, na qual se incorporem as necessidades dos empreendimentos.

Neste processo, há que se construir o empoderamento dos {as} trabalhadores de empreendimentos na condução do movimento, avançando na articulação entre os empreendimentos mais estruturados e mais frágeis.

UNIVERSIDADE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA



Ao longo da história, a universidade tem estado mais a serviço da economia de mercado capitalista de duas maneiras principais: formando a força de trabalho e produzindo o conhecimento que fortalece o capital. Este é momento da universidade voltar-se mais à comunidade e se dedicar aos assuntos do mundo trabalho.

As incubadoras tecnológicas, quando surgiram, atendiam apenas aos interesses do capital. Nos anos 1950, nos EUA, as primeiras incubadoras tinham o objetivo de criar e transferir tecnologias para empresas a fim de fortalecer a iniciativa privada. No Brasil, elas chegam por volta de 1980. No entanto, em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro {UFRJ}, surge a primeira incubadora tecnológica de cooperativas populares {ITCPs). Também na década de 1990, numa reunião de pró-reitores de extensão nasce a proposta de articular as universidades que vinham realizando pesquisa e extensão sobre o mundo do trabalho. A partir desta proposição surge a Unitrabalho, uma fundação criada em em 1996,

que reúne instituições que desenvolvem pesquisa, ensino e/ou extensão em educação e trabalho, relações de trabalho e emprego, Economia Solidária e desenvolvimento sustentável. Posteriormente, cresce o número de incubadoras tecnológicas dedicadas ao apoio de grupos populares e da ação com Economia Solidária.

Estas incubadoras voltadas para empreendimentos da Economia Solidária reúnem estudantes, técnicos e pesquisadoras (es) de áreas diversas, buscando fazer com que os conhecimentos acumulados sobre Economia Solidária cheguem até as comunidades, da mesma forma que um outro conhecimento possa ser criado na relação entre universidades e comunidades. Tais espaços são mais um passo para a universidade brasileira romper com o muro que separa mundos socialmente tão distintos da sociedade, muito embora ainda exista alguma resistência de setores dos movimentos sociais que enxergam a universidade como instituição autoritária.

Uma contribuição da universidade à Economia Solidária está relacionada com as abordagens de investigação, análise e educação. O termo Economia Solidária no Brasil, por exemplo, foi criado pelo economista Paul Singer em 1995, ao escrever um artigo refletindo sobre ações no campo do trabalho do governo do PT em São Paulo, de 1989 a 1992, no qual era secretário de Planejamento.

Uma das abordagens para o estudo e atuação na Economia Solidária reside numa visão da economia como *economia plural*, cuja origem encontra-se, em parte, numa leitura do socialismo ignorada por muitos na própria tradição da esquerda: o socialismo associacionista.

Essa perspectiva privilegia a ideia da economia regulada pela própria sociedade e não pelo mercado, nem pelo Estado. O mecanismo que permite esta regulação do econômico pela sociedade é o fato associativo, entendido em sentido muito amplo através de variados tipos de organizações cooperativas. Assim, pensar um socialismo associacionista significa supervalorizar as formas de organização da sociedade (ressaltando-se aquelas mais tradicionais como quilombos, indígenas ou o dito socialismo utópico europeu}, considerando nestas outra forma de instituir o ato econômico em sociedade. A visão da economia plural reflete um olhar mais antropológico sobre o funcionamento econômico, não reduzindo a compreensão da economia à ideia de mercado capitalista.

Neste sentido, pensar a economia para além da ideia de economia de mercado exige a necessidade de ressignificação do entendimento sobre o que é o econômico. Para tanto, parece fundamental adotar-se um olhar de ciência social. A antropologia, por exemplo, estuda a economia em diferentes culturas, segundo a própria história do desenvolvimento das sociedades humanas. Neste olhar, a economia é compreendida como forma de alocação de recursos em sociedade ou de produção e distribuição de riqueza. Desse modo, é possível entender diferentesdiferentes modalidades de funcionamento econômico ou diferentes formas de economia - para além da economia de mercado - como a redistribuição ou a reciprocidade. No exemplo da redistribuição, não há uma economia de troca propriamente dita (e, sim, de transferência}, já que prevalece a figura de uma entidade (como no caso de instituições públicas na

modernidade) responsável pela arrecadação e redistribuição ou realocação de recursos na sociedade, configurando uma lógica de solidariedade redistributiva que se impõe obrigatoriamente às pessoas. No exemplo da reciprocidade, não há relação monetária, muito embora exista relação de troca. Esta, volta-se para o fortalecimento dos vínculos sociais entre grupos ou pessoas envolvidos na relação, permitindo ainda à satisfação mútua de necessidades.

Assim, não parece inútil lembrar que mesmo antes da existência das relações de troca mercantil as pessoas já garantiam suas condições de existência, seja através de mecanismos recíprocos ou redistributivos. Seguindo este olhar, constata-se que na origem da troca econômica não encontra-se propriamente o escambo (troca direta de bens por outros bens) - considerado em geral como a forma inicial da troca econômica -, mas sim formas e mecanismos de troca-dádiva. Isto é, um tipo de relação de solidariedade baseado em três momentos (dar-receber-retribuir) que forma um sistema social responsável pelo modo de reprodução das condições materiais de existência das pessoas na vida em sociedade e que está voltado, antes de tudo, para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Com esta abordagem plural da economia, torna-se possível desconstruir a ideia de que a relação econômica mercantil (ou capitalista) seja natural na humanidade. Ela é recente e fruto de circunstâncias históricas específicas no desenvolvimento das sociedades humanas, por isso mesmo é suscetível de transformação.

Com a hegemonia dos mecanismos de mercado capitalista nos dias

atuais, ignora-se a existência das demais formas de economia, deixando-se de reconhecer o esforço de vida de grande parte da população que encontra-se excluída dos chamados circuitos formais da economia. Quando não ignoradas, tais formas de economia são vistas como formas que deveriam desempenhar um papel de subordinação na dinâmica da acumulação capitalista. Um olhar a partir do conceito de economia plural permite enxergar a realidade do funcionamento econômico na sua complexidade, viabilizando um entendimento sobre os diferentes circuitos e relações econômicas, como o próprio mundo de uma economia dos setores populares. Além disso, torna-se possível, com esse olhar, observar-se os limites e potencialidades dessas demais formas de economia, sobretudo em razão da própria incapacidade do mecanismo de mercado capitalista em garantir oportunidade de trabalho para todos que precisam. Assim, a discussão e estudo sobre outras formas de economia torna-se fundamental, bem como a necessidade de haver políticas públicas voltadas para o fortalecimento do potencial existente nestas outras formas de economia como alavancagem para outro modo de desenvolvimento.

Por outro lado, este olhar complexo permite questionar a suposta capacidade autossuficiente da economia de mercado capitalista, quando observa-se o nível de dependência do setor privado em relação ao investimento público de Estado para alavancagem de suas atividades (alguém conhece algum setor privado que não tenha sido beneficiado de financiamento público para a sua alavancagem?). Assim como é a própria fragilidade do sistema capitalista

de mercado que se revela através dos diferentes momentos de grandes crises da sua história, cujo socorro do Estado mostrou-se vital para a sobrevivência do sistema. Dessa forma, parece fundamental pensar a questão do investimento público em Economia Solidária, bem como reconhecer a condição da institucionalidade de Estado como um espaço em disputa. Avanços neste sentido já são significativos na América Latina, como o reconhecimento de um sistema de economia plural, em países como Equador e Bolívia, abrindo espaço para uma perspectiva importante de valorização e apoio à Economia Solidária.

Na prática de qualquer sorte, o desafio do fortalecimento de outros mecanismos e lógicas econômicas se coloca. Por exemplo: como operar um circuito e lógica econômica que dispense um regime de competição? Ou seja, como comercializar sem competir? A experiência de um comércio justo e solidário aponta um horizonte possível, através da perspectiva do exercício de se construir conjuntamente oferta e demanda. Isto é, ligar em rede quem produz com quem consome ou quem presta um serviço com quem é usuário do serviço. Nesse sentido, o território é lugar central, e nenhum desenvolvimento pode ser pensado sem referência ao local. Além disso, o local é onde efetivamente se reproduzem as condições materiais de existência das pessoas, e esta, numa plataforma de Economia Solidária, não pode ser pensada em separado das demais dimensões (social, cultural, política, ambiental), que constituem e estruturam a vida das pessoas - refletindo o sentido de um outra economia concebida como reprodução da vida (caráter ecológico).

Nesta perspectiva, promover a Economia Solidária significa mais do que o apoio aos empreendimentos isolados. Torna-se necessário também agir a partir do território, enfatizando-se a capacidade de auto-organização política das pessoas, ou seja, capacidade de criação de espaços públicos para discussão e tomada de decisões sobre o que se quer para o seu local. O espaço privilegiado para isso são as associações onde se pode buscar soluções conjuntas ou coletivas para problemas comuns. Uma das estratégias importantes são as redes locais de Economia Solidária que articulam os empreendimentos e iniciativas em geral no seu território, seja para fortalecimento de cadeias produtivas (atravessando o próprio território), seja para potencialização de outras iniciativas mais culturais ou políticas, na direção, por exemplo, de novas formas de relações com os poderes públicos.

Práticas da Economia Solidária desse tipo introduzem no seu interior um conteúdo de pedagogia política muito importante ao permitir o exercício da confiança e solidariedade como um processo de aprendizado dos grupos no seu cotidiano de trabalho. A educação aqui se coloca como um processo de mudança cultural, no sentido do aprendizado da democratização das relações de trabalho. A democracia econômica, preconizada pela Economia Solidária, aparece como processo político-pedagógico. Assim, contorna-se a questão sobre como fazer a revolução de massas numa sociedade que deixou de ser de massas, que tornou-se cada vez mais individualista.

A questão de uma outra pedagogia de relação do sujeito com seu

ato de consumir, de trabalhar, de comercializar e de se relacionar no seu território torna-se, então, um imperativo político-pedagógico do trabalho em Economia Solidária.

A inteligência da Economia Solidária, vista sob o ângulo da economia plural, está na sua capacidade não de se opor às fórmulas e à lógica da economia de mercado capitalista, mas de superá-la ou de ultrapassá-la (envolvendo-a, contendo-a e regulando-a de outro modo). Trata-se de um outro conceito de radicalidade para pensarmos a transformação necessária para um mundo mais justo e solidário. Um conceito de radicalidade que incorpora um princípio de alteridade, de reconhecimento de diferenças, inclusive em relação ao modo de instituição do econômico em sociedade, contra qualquer tipo de tentativa autoritária. O que está em jogo aqui é a demonstração de força da capacidade de regular o econômico a partir da própria sociedade e como isto pode revelar-se mais adequado para o atendimento efetivo do bem-estar das pessoas, o que implica em refundar uma agenda de discussão, fundamentalmente ética, relativa aos valores que uma sociedade defende. O debate, portanto, caminha invariavelmente para uma questão maior relativa ao modelo de sociedade ou o modelo civilizatório que queremos. Este é o horizonte da Economia Solidária. É preciso não perder de vista, conforme nos ensina a história, que a transformação sempre começa pelas bordas, pelas margens, por aquilo que parece muito pequeno.

"Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra."
(Provérbio africano)

LUTAS NO CAMPO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E MST

"A cooperação é um desafio histórico de toda a classe trabalhadora, não só do MST!!

As práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda não possibilitam formular um conceito mais preciso sobre a atuação na Economia Solidária. Para abordar o tema, usamos elementos sobre a cooperação no movimento.

Na história da luta pela terra no Brasil, são muitas as experiências de coletivos e de cooperação entre trabalhadores (as) do campo. No final da década de 1970 e início de 1980, começa o processo de organização do MST e, neste período, a questão da cooperação avança na medida em que o problema da terra passa a ser considerado também como questão produtiva. A partir de 1989, a luta no campo se acentua junto com violenta repressão durante o governo

Fernando Collor, sendo urgente uma resposta para o conjunto da sociedade em relação à reforma agrária. Ao mesmo tempo, ao se conquistar a terra, aparecia a questão de como organizar os assentamentos. Neste contexto, o MST propõe a produção de alimentos para o conjunto da sociedade, a defesa da viabilidade econômica dos assentamentos e a necessidade de um programa de distribuição de terra no país.

MST 25 anos

8 de setembro de 2009

Por causa de famílias exploradas

Expulsas da terra

A CPT começa organizar o povo

O povo sem-terra

A partir de 1979

Começam surgir ocupações

Em Rio Grande do Sul

Mas sem nenhuma preocupação

De se criar um movimento

De início

A luta pela terra não era fácil

Dias de amargura

Momento de insegurança

Tempo de Ditadura

Militares sem pena e sem dó

Comandado pelo Tenente Curió

O povo não desiste

Parece coisa do destino

Esse povo de qual eu falo

É o povo da Encruzilhada Natalino

A luta vai em frente

Surgem ocupações a todo lado, a todo o momento

A solução era a não ser

Em criar um movimento

Até que em janeiro de 1984

Cascavel Paraná

Lutando por justiça e pela terra

Surge o MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Durante esses 25 anos

Tivemos várias conquistas

Foram escolas e assentamentos

Vários cursos...

Resgatemos uma parte de nossa cultura

Uma parte de nossa história

Temos nossa própria escola

Respeitada e reconhecida

Formando novo cidadão

Preparado para vida

Fazer parte dela

É uma emoção

É sentir o coração batê

Essa escola de qual eu falo

É a Itinerante, conquista do MST

Falta unir campo e cidade

Se queremos transformar

Unir forças para não ter perigo

Os nossos inimigos vamos derrubar.

Pedro Francisco Bagatin

(Educador Brigada Teixeirinha – Cascavel - PR)

Dezembro de 2008

A cooperação no movimento foi relacionada à organização da vida produtiva no assentamento.

- A organização coletiva é fundamental para que o trabalho e a produção sejam potencializados.
- O aumento do capital constante (máquinas) pode ser ampliado por meio da cooperação.

Nesse sentido, a cooperação surge como uma motivação econômica, por necessidade de organização da vida produtiva do assentamento. Ao mesmo tempo, nos anos 80, se intensifica a superação do modelo de assentamento em lotes individualizados para o assentamento coletivo. Como forma de avançar na cooperação, foram constituídas as Cooperativas de Produção Agrária (CPA), nas quais as máquinas e equipamentos são coletivizados. Em 2011, somam-se aproximadamente 1900 associações organizadas no movimento e 96 agroindústrias, que possibilitam agregar renda maior à produção agrícola.

No MST, a cooperação está vinculada aos objetivos do movimento: conquista pela terra, reforma agrária e mudança do modelo de sociedade. Além disso, vinculada com as linhas de atuação: produção agroecológica e autossustentável (a preocupação não é produzir para o mercado); produção dos próprios insumos para não depender dos insumos internacionais, produção para ter renda, garantindo a viabilidade econômica.

Cooperar tendo em vista a superação do atual modelo de sociedade, coloca-se como um desafio histórico de toda a classe trabalhadora, não só do MST. Revolução, segundo Florestan Fernandes, é o fim do estado burguês, derrubada da sociedade capitalista. O período histórico que estamos vivendo é a mais odiosa contrarrevolução. Em nenhum outro momento a classe trabalhadora foi tão vilipendiada. Ao mesmo tempo, há ações de contraposição a esse processo acontecendo no mundo, um tecido social se movendo e criando um caldo de cultura novo. Na perspectiva da reforma agrária, o MST se constitui como movimento autônomo em relação aos partidos, igrejas e outras instituições, se pautando pela luta pela terra e pela mudança da sociedade. A sociedade que queremos construir é do socialismo.

A reforma agrária clássica via política pública está derrotada. No período do governo Lula foi onde mais se acentuou a concentração de terra. A base social conquista a terra, o crédito, o assentamento e não avança, pois a política do governo brasileiro é definida por políticas internacionais focadas no grande negócio da agroindústria e não na agricultura familiar. Um desafio é como construir uma reforma agrária diferente, para além das políticas existentes.

A missão do MST é continuar sendo referência de luta combativa na sociedade. São muitos companheiros tombados na luta e, atualmente, sobretudo no Norte. Infelizmente, este momento pode ser considerado como de refluxo, onde a classe trabalhadora se coloca na defensiva. A aposta é que a retomada da luta aconteça, o

movimento aposta na reorganização, no revigoramento do trabalho e formação de base nas comunidades, na defesa do meio ambiente, numa agricultura saudável com a produção sem agrotóxicos. Outro foco é a discussão sobre o modelo de educação do campo, a exemplo da luta para reconhecer os modelos de escola itinerante dos acampamentos. Não se faz revolução sem garantir educação. Neste sentido, a escola Florestan Fernandes se articula com 26 cursos de nível superior, levando qualificação técnica para as bases, e assume o compromisso de contribuir para erradicar o analfabetismo nos acampamentos. A escola é mais que um espaço do MST, se propõe a ser um espaço de formação de quadros políticos para fortalecer a luta pelo socialismo na América Latina e no mundo. Os cursos de ensino superior são oferecidos via convênio com o PRONERA.

São vários os desafios do movimento: organização interna, sendo um movimento que tem uma estrutura nacional; busca da autossustentação, seja por convênios ou inserção de militantes em espaços institucionais. Há também o desafio de facilitar a logística para entrega da produção dos assentamentos, que se amplia com a comercialização para alimentação escolar. E, o desafio de continuar fazendo luta num contexto de refluxo do movimento socialista.

Não se deixar cooptar¹ não se deixar destruir e resistir sempre.

O capitalismo não tem mais nada a propor à humanidade, a não ser mais guerra, mais destruição. Temos produzido o suficiente para a

humanidade sobreviver. Entre socialismo ou barbárie, a opção do MST é sempre pelo socialismo. Por mais que existam divergências, se a classe trabalhadora não se unificar, não criaremos condições de construir um novo modelo de sociedade. Aí aparecem outros desafios: da articulação com outros movimentos sociais, com diálogo e integração; e organizar o consumo solidário para a comunidade para consumir um produto de melhor qualidade. A produção mais saudável tem ido para uma elite e os pobres continuam consumindo produtos com agrotóxicos: é urgente que isso se reverta.

Da relação entre Economia Solidária e MST há mais pontos que convergem do que divergem e é nisto que é preciso buscar articulação. Ou se avança, ou entra na lógica do grande capital, e não podemos deixar que o capitalismo regule nossas relações. O esforço está em ir contra essa corrente: para o MST a perspectiva da posse da terra é a luta e não a negociação. Se analisarmos historicamente, quando a burguesia agrária cedeu na negociação? Nunca.

E, havendo estratégias e táticas diferenciadas entre os movimentos sociais, há que se identificar qual a causa em comum. A divisão e a desarticulação contribuem com a estratégia do capital. Ganha o capital quando nos fragilizamos e não nos articulamos. Ou a classe trabalhadora se organiza e não se sectariza, pondo em comum suas questões, ou seremos derrotados. Qual a perspectiva da classe trabalhadora? É o mundo da felicidade e isso tem que ser posto em comum.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Para desenvolver uma atividade sobre trajetórias e concepções sobre Economia Solidária, vale a pena identificar alguns pontos de convergência nas caminhadas apresentadas no texto acima:

- defesa do socialismo em diferentes vertentes: utópico, democrático, associativista, revolucionário;
- educação popular como método e posição político-pedagógica coerente com a construção da Economia Solidária;
- trabalho de base/ na comunidade fundamental para a organização do movimento;
- articulação dos movimentos sociais: necessário para acumular forças e consolidar projeto popular.

Será importante que esteja na pauta do debate e reflexão após a leitura:

- Olhar para além dos aspectos convergentes e identificarmos os aspectos polêmicos e contraditórios, analisando mais profundamente o nosso movimento.
- Ao mesmo tempo, reconhecendo as contradições da caminhada, como exercitar a coerência entre os propósitos que

ou outro formato de território que for definido pelo coletivo).

mobilizam para ação para uma Economia Solidária, os discursos explicitados e as práticas cotidianas, as táticas e estratégias?



Este é um possível percurso para desenvolver no coletivo (fórum, rede, coletivo, empreendimento, entidades, órgão da gestão pública...).

A leitura também pode ser texto de apoio para uma atividade onde sejam convidadas diferentes organizações (empreendimentos, entidades, partidos) da comunidade (ou região/ estado) para que se apresentem e, a partir disso, se construa a trajetória e concepções da Economia Solidária naquele território. Para esta atividade vale a pena saber de cada organização:

- O que a mobilizou para iniciar o trabalho na Economia Solidária?
- Qual a sua compreensão de sociedade?
- Quais os principais desafios que identifica para que a Economia Solidária avance?
- Qual o papel da educação na construção de uma Economia Solidária?

E, a partir deste mapeamento, o coletivo deve debater e buscar